



CIDADES INTELIGENTES E GESTÃO FISCAL: ESTUDO DE CASO DA MELHORIA DA ARRECADAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS (2019 – 2025)

José Roberto FERNANDES ROSA

RESUMO: Este presente artigo investiga e analisa como iniciativas de políticas de cidade inteligente impactaram a gestão financeira e fiscal municipal de Florianópolis (SC), com foco na melhoria da arrecadação de receitas próprias (ISS, IPTU e taxas) no período 2019–2025. Por meio de estudo de caso baseado em análise documental e observação sistemática de plataformas digitais públicas (portais de transparência, geosserviços e sistemas tributários), busca apresentar uma compreensão aprofundada das características do contexto real, foram identificadas as principais ações de transformação digital e de modernização cadastral que influenciaram a performance fiscal. Os resultados indicam que a modernização tecnológica, a desburocratização e a integração de dados fiscais foram fundamentais para o crescimento consistente da Receita Corrente, reforço de instrumentos eletrônicos (NFS-e/SEFINNet), georreferenciamento do cadastro imobiliário e programas de recuperação de créditos (PREFIS/Desenrola Floripa), articulados ao contexto de cidade inteligente, com efeitos mensuráveis na arrecadação e no cumprimento de metas fiscais e, consequentemente, impulsionando a receita da cidade.

Palavras-chave: cidades inteligentes; gestão fiscal; arrecadação municipal; Florianópolis.

INTRODUÇÃO

O conceito de cidades inteligentes tem ganhado destaque global como um modelo de gestão urbana que busca utilizar a tecnologia e a inovação para melhorar a qualidade de vida, a sustentabilidade e a eficiência dos serviços públicos. A discussão sobre cidades inteligentes no Brasil deixou de ser apenas tecnológica para incorporar ganhos de gestão, transparência e sustentabilidade fiscal. Em capitais como Florianópolis, reconhecida em rankings nacionais de cidades inteligentes, observa-se a convergência entre transformação digital, governança de dados

e instrumentos de gestão tributária. Contudo, a maioria dos estudos foca em aspectos como mobilidade, meio ambiente e segurança. A relação entre a adoção de tecnologias inteligentes e a gestão fiscal ainda é pouco explorada, especialmente no contexto brasileiro. Uma arrecadação eficiente é a base para o financiamento de serviços públicos e infraestrutura, e a modernização fiscal pode ser um dos maiores benefícios de um projeto de cidade inteligente. Investigar como essas iniciativas se traduzem em melhorias de arrecadação é relevante tanto do ponto de vista acadêmico quanto prático, sobretudo em um contexto de restrições fiscais e de demanda crescente por serviços públicos de qualidade.

Este artigo se propõe a preencher essa lacuna, utilizando Florianópolis como estudo de caso. A cidade, conhecida por sua vocação para a tecnologia e inovação, implementou diversas políticas de digitalização e modernização administrativa entre 2019 e 2025. A hipótese central é que essas políticas públicas contribuíram de forma significativa para o aumento da arrecadação municipal. O objetivo é analisar as ações específicas, os resultados mensuráveis e o contexto em que essas transformações ocorreram: (i) mapear iniciativas digitais e regulatórias ligadas a ISS, IPTU e taxas; (ii) descrever a evolução recente da receita municipal; (iii) analisar mecanismos pelos quais tais iniciativas contribuem para aumento de base tributária, redução de inadimplência e maior conformidade fiscal.

O estudo contribui ao conectar literatura de cidades inteligentes e finanças públicas locais, oferecendo evidências empíricas a partir de documentos oficiais e observação de sistemas públicos.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Cidades inteligentes (smart cities) são entendidas aqui como ecossistemas urbanos que integram infraestrutura física e digital, dados e participação, para melhorar serviços, sustentabilidade e governança. Dessa forma, utilizam Tecnologia da informação e comunicação (TICs) otimizando a eficiência operacional, compartilhando informações com o público, e assim, fornecendo um melhor serviço aos cidadãos. A literatura (Cohen, 2012; Caragliu et al., 2011) aponta para dimensões como: Economia inteligente; Mobilidade inteligente; Governança inteligente; Ambiente inteligente; Pessoas inteligentes e Qualidade de vida inteligente.

A governança inteligente é o pilar que mais se alinha a este estudo, uma vez que engloba a modernização da gestão pública, a digitalização de serviços e a melhoria da interação entre governo e cidadãos. Portanto, em finanças públicas locais, isso se traduz em digitalização de processos fiscais (emissão/declaração eletrônica, malhas automáticas), gestão de dados geoespaciais aplicada ao cadastro imobiliário, transparência ativa, e políticas de estímulo a setores econômicos com forte efeito na base tributária (p. ex., tecnologia e serviços intensivos em conhecimento).

A gestão fiscal em nível municipal envolve a administração dos recursos públicos, abrangendo a previsão orçamentária, a arrecadação de tributos (IPTU, ITBI, ISS), a gestão da dívida ativa e a fiscalização. A eficiência nesse processo é crucial para a sustentabilidade financeira do município (Pires, 2015). A arrecadação fiscal refere-se especificamente à coleta de receitas provenientes de impostos, taxas e contribuições. Desafios comuns incluem a evasão fiscal, a inadimplência e a ineficiência nos processos de cobrança, muitas vezes manuais e burocráticos. Dessa forma, a literatura indica que NFS-e, cadastros georreferenciados e integração de sistemas tendem a reduzir assimetrias de informação, elevar conformidade e potencializar a cobrança administrativa, com efeitos sobre a Receita Corrente Líquida e as receitas próprias (ISS/IPTU).

1.1 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e apoio quantitativo, utilizando o método de estudo de caso único, exploratório-descritivo para uma compreensão profunda do fenômeno em um contexto real.

1.1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A coleta de dados foi baseada em análise documental e observação sistemática de sistemas públicos. O período de observação foi de 2019 a 2025. Dessa forma, foram consultados relatórios fiscais (RREO/RGF), peças orçamentárias (LOA), leis e decretos municipais, planos diretores e de desenvolvimento tecnológico, notícias institucionais e páginas oficiais da Prefeitura e da Câmara Municipal, por meio da análise documental. Observação e acompanhamento e análise das plataformas digitais de serviços públicos e sistemas de arrecadação, como portais do contribuinte e aplicativos de NFS-e/SEFINNet,

GeoPortal municipal, serviços de georreferenciamento e atendimento digital, com registro de funcionalidades e integrações. Os indicadores analisados: evolução de Receita Corrente/Receita Corrente Líquida; estimativas aprovadas em LOA; menções oficiais a crescimento de receita e a programas de recuperação de créditos; evidências setoriais (ISS em tecnologia).

1.1.2 LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

O estudo depende da disponibilidade e estabilidade dos portais; alguns dados agregados não discriminam o efeito isolado de cada iniciativa. A triangulação de fontes e a descrição detalhada dos mecanismos mitigam essas limitações.

1.2 ANÁLISE DE FLORIANÓPOLIS COMO CIDADE INTELIGENTE

Florianópolis ocupa posições de liderança em rankings nacionais de cidades inteligentes, com destaque nos eixos de tecnologia, mobilidade, segurança, governança e economia. O ecossistema local de inovação (ACATE e startups) ampliou a base de prestadores de serviços tributados pelo ISS, ao mesmo tempo em que o município expandiu ferramentas digitais de gestão tributária e de cadastro territorial.

1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS MAPEADAS (2019-2025)

A partir de 2019, o município intensificou as políticas de governança inteligente, incorporando tecnologias digitais e práticas de gestão inovadoras. Esses instrumentos impactaram diretamente a arrecadação municipal e a eficiência dos serviços fiscais. com alguns destaques.

A Digitalização do ISS/NFS-e, por meio do portal municipal de Nota Fiscal de Serviços eletrônica, com autenticação digital, manuais e suporte, declaração eletrônica via SEFINNet Web e integração a sistemas contábeis.

Sobre a importância da modernização cadastral (IPTU/TCRS), possibilita e facilita serviços de atualização/solicitação de georreferenciamento para alteração de polígonos de imóveis, canais de correção de endereço, alteração de titularidade e atualização cadastral, uso do GeoPortal para consulta de dados e emissão de documentos. Implementação de um sistema de cálculo e

cobrança totalmente digital, com emissão de guias online, parcelamento facilitado e descontos para pagamento à vista.

A implantação do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) Digital trouxe significativa desburocratização para o mercado imobiliário. A emissão de guias e o pagamento passaram a ser feitos de forma totalmente online, acelerando transações e aumentando a eficiência da arrecadação desse tributo.

A transparência ativa e governança fiscal, por meio do portal da Transparência com seção de receitas; audiências públicas periódicas de cumprimento de metas (RREO/RGF), divulgação de LOA e execução.

A política de recuperação de créditos via programas de regularização (PREFIS/Desenrola Floripa) para reduzir estoque de dívida ativa e incrementar a arrecadação corrente. Dessa forma, o uso de inteligência de dados possibilita a análise de dados para identificar inadimplentes e otimizar a cobrança da dívida ativa, com automação de notificações e negociações.

Política setorial e incentivo econômico é o fortalecimento do setor de tecnologia e economia criativa, com evidências de crescimento do ISS do segmento e iniciativas mais recentes de incentivo localizada (Centro/área central).

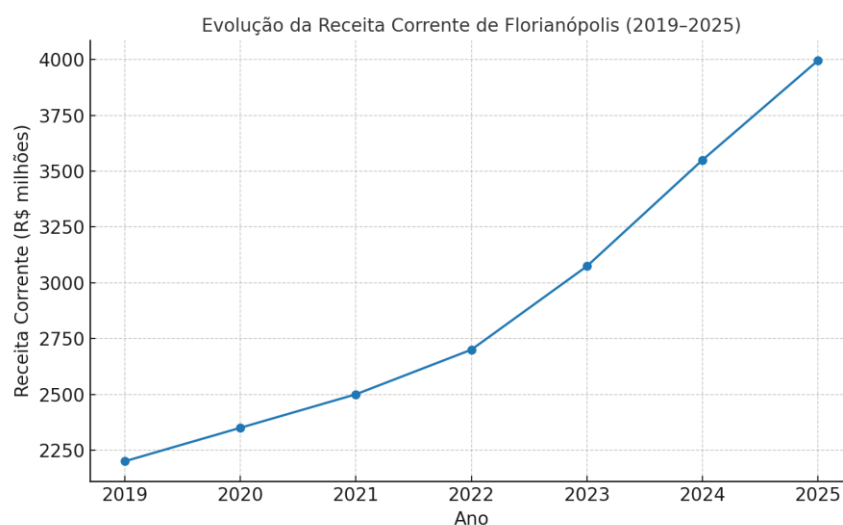
1.4 EVIDÊNCIAS E RESULTADOS

A análise dos documentos e observações permitiu identificar um conjunto de resultados tangíveis, que se traduzem em uma melhoria substancial na arrecadação municipal.

A análise deste estudo evidenciou o aumento da arrecadação e redução da inadimplência. Dessa forma os relatórios financeiros da Prefeitura de Florianópolis mostram um crescimento constante na arrecadação de tributos como IPTU, ITBI e ISS. Embora fatores macroeconômicos tenham um papel, o aumento se correlaciona diretamente com o lançamento das novas plataformas digitais. A facilidade de acesso e a desburocratização incentivaram o pagamento em dia.

Portanto, vimos, o crescimento da Receita Corrente em 2023 frente a 2022, com cumprimento e superação de metas, em audiência pública, a Secretaria da Fazenda reportou aumento próximo de 19% na Receita Corrente (3º quadrimestre), com apoio de programas de recuperação de créditos. Contudo, Florianópolis apresentou uma evolução contínuo da Receita Corrente entre 2019 e 2025. A receita passou de R\$2,2 bilhões em 2019 para quase R\$ 4 bilhões em 2025, evidenciando uma gestão fiscal mais eficiente (Gráfico 1).

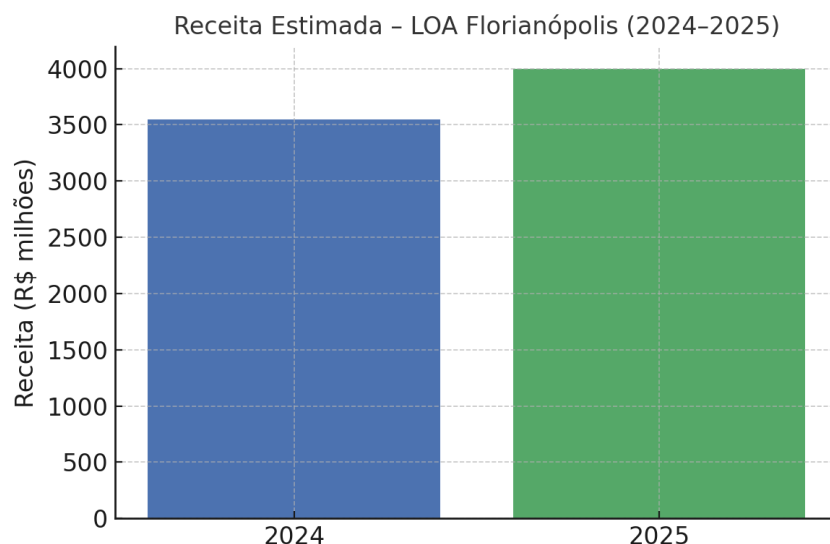
Gráfico 1 – Evolução da Receita Corrente 2019-2025.



Fonte: própria.

A receita prevista nas peças orçamentárias do período projeta crescimento consistente da arrecadação. LOA 2024 aprovada com receita total estimada em ~R\$ 3,93 bilhões e LOA 2025 com R\$ 3,996 bilhões, sinalizando manutenção da trajetória de crescimento nominal. Podemos observar esse aumento no gráfico a seguir (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Receita Prevista nas LOAs 2024-2025.



Fonte: própria.

O Imposto Sobre Serviços (ISS) representa uma das principais fontes de receita da cidade. O crescimento do setor de tecnologia trouxe forte impacto no ISS de tecnologia, evidenciou que, os dados do ecossistema de inovação mostram aumento acumulado de 70% na arrecadação de ISS do setor entre 2019 e 2022, reforçando o papel do segmento na base de serviços.

Sobre análise da Receita Corrente Líquida (RCL), valores informados em relatórios de gestão fiscal de 2024/2025 indicam patamar superior a R\$ 3 bilhões/ano, compatível com a tendência de expansão da base arrecadatória.

Dessa forma, a otimização da fiscalização e combate à evasão indica que, a integração dos sistemas fiscais possibilitou o cruzamento automatizado de informações entre diferentes órgãos. Por exemplo, a análise de dados da NFS-e permitiu a identificação de empresas que sonegavam o ISS de forma mais rápida e eficiente. O sistema de ITBI digital, por sua vez, dificultou fraudes e subavaliações de imóveis.

Portanto, por meio do cadastro imobiliário e geoprocessamento, institucionalização de serviços de georreferenciamento e disponibilidade de GeoPortal indicam esforços de melhoria da qualidade cadastral – base para atualização de lançamento de IPTU/TCRS e redução de evasões/omissões.

Sobre a melhoria na qualidade do serviço ao contribuinte, isto é, a digitalização não apenas beneficiou o governo, mas também os cidadãos. A possibilidade de resolver questões fiscais online reduziu a necessidade de deslocamento e tempo de espera, melhorando a percepção da qualidade dos serviços públicos e fortalecendo a relação entre o contribuinte e a administração municipal.

Assim, o estudo vincula cidades inteligentes a ganhos de capacidade estatal por meio de dados, automação e integração de sistemas. Dessa forma, em Florianópolis, três mecanismos parecem centrais: conveniência e rastreabilidade via NFS-e/SEFINNet, que elevam conformidade e reduzem erro humano; gestão territorial digital (georreferenciamento, GeoPortal), que corrige subdeclarações e amplia a base de cálculo do IPTU e cobrança ativa e programas de regularização que convertem créditos em caixa e melhoram a adimplência. O dinamismo do setor de tecnologia atua como vetor econômico, ampliando a base do ISS e criando demanda por serviços digitais municipais mais sofisticados. Portanto, a análise do estudo indica que cidades inteligentes não se restringem à infraestrutura. Dessa forma, processos fiscais digitais e governança de dados são componentes estratégicos para a sustentabilidade financeira local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso indica que a agenda de cidade inteligente de Florianópolis contribuiu para a melhoria da arrecadação municipal ao combinar digitalização tributária (NFS-e/SEFINNet), modernização cadastral (georreferenciamento) e políticas de recuperação de créditos, sob uma governança fiscal transparente. Dessa forma, a implementação dessas políticas públicas focadas na governança e digitalização, tem um impacto direto e positivo na gestão fiscal. A cidade se beneficiou de sua vocação tecnológica para modernizar seus processos, resultando em um aumento da receita, otimização da fiscalização e uma melhor experiência para o cidadão. O caso de Florianópolis serve como um modelo para outros municípios que buscam a sustentabilidade

financeira por meio da inovação. Investir em tecnologia não é apenas uma questão de modernidade, mas uma estratégia fundamental para fortalecer a capacidade do governo de arrecadar e financiar os serviços essenciais à população. A análise desse estudo evidencia que, a inteligência fiscal é um pilar indispensável para uma verdadeira cidade inteligente.

REFERÊNCIAS

ACATE; SC INOVAÇÃO. Crescimento do ISS do setor de tecnologia (2019–2022). Notas técnicas e matérias. Disponível em: <https://acate.com.br/noticias/> e <https://scinova.com.br/>.

CARAGLIU, A.; DEL BO, C.; NIJKAMP, P. Smart cities in Europe. *Journal of Urban Technology*, v. 18, n. 2, p. 65-82, 2011.

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Audiência pública – metas fiscais 3º quadrimestre/2023. Matéria institucional, 11 abr. 2024. Disponível em: <https://cmf.sc.gov.br/imprensa/noticias/0/1/0/5618>.

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. LOA 2024 aprovada. 13 dez. 2023. Disponível em: <https://cmf.sc.gov.br/imprensa/noticias/0/1/2023/5552>.

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. LOA 2025 – estimativa de receita. Matéria institucional. Disponível em: <https://cmf.sc.gov.br/camara/membros/show/22/noticias/1/5726>.

COHEN, B. What exactly is a smart city? *Fast Company*, 2012. Disponível em: <https://www.fastcompany.com/>.

CONNECTED SMART CITIES; URBAN SYSTEMS. Ranking Connected Smart Cities 2023–2024. Posts institucionais. Disponível em: <https://portal.connectedsmartcities.com.br> e <https://urbansystems.com.br>.

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS/SC. Relatórios de Gestão Fiscal – RGF e leis complementares aplicáveis. Disponível em: <https://diariomunicipal.sc.gov.br>.

PIRES, J. M. S. *Gestão fiscal responsável: o caso brasileiro*. São Paulo: Atlas, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Declaração eletrônica do ISS – SEFINNet Web. Disponível em: <https://pmf.sc.gov.br/servicos/index.php?id=3804&pagina=servpagina>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. GeoPortal. Disponível em: <https://geoportal.pmf.sc.gov.br>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Portal da NFS-e e manuais. Disponível em: <https://pmf.sc.gov.br/sites/notaeletronica/>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Portal da Transparência – seção de receitas e relatórios fiscais. Disponível em: <https://pmf.sc.gov.br/transparencia/>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Serviço de atualização/solicitação de georreferenciamento. Disponível em:
<https://pmf.sc.gov.br/servicos/index.php?acao=open&id=5221&pagina=servpagina>.